



Anais da Assembléia

Nº 132

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 16 DE SETEMBRO DE 1992

ANO XVIII

MESA DIRETORA

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

ALGACI TÚLIO

1º Vice-Presidente - PDT

HEINZ GEORG HERWIG

2º Vice-Presidente - PSDB

JOÃO BATISTA DE ARRUDA

1º Secretário - PFL

ADEMAR LUIZ TRAIANO

2º Secretário - PTB

DALTON MACHUCA

3º Secretário - PL

LOURENÇO FREGONESE

4º Secretário - PRN

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado ORLANDO PESSUTI
PRN Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS
PFL Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
PDT Deputado PAULO MAIA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
PT Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PST Deputado GERALDO CARTÁRIO

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kiese Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Nelvo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antônio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Dullio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Voldimir Mirão Mais- trovicz; **PDT - 06:** César Augusto Carollo Silvestri - Emília de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Osmário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Placentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - **Suplentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Emani Pudell (Licenciado) - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - • Lygia Lumina Pupatto - **Suplentes:** Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo. - (e) **SUPLENTE** no exercício do mandato de Deputado.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 36ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 1992.

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados João Arruda e Élio Rusch.

As quinze horas e vinte minutos, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Heinz Herwig, João Arruda, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Cezar Silvestri, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Domingos Carvalho, Élio Rusch, Emilia Belinati, Erondy Silvério, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Arthur Ritti, José Tavares, Lygia Pupatto, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Osvaldo Trevisan, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rossoni e Severino Félix (39). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Algaci Túlio, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Basílio Zanusso, Djalma de Almeida César, Dobrandino da Silva, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Mário Bezerra, Nelson Justus, Ovídio Constantino e Toti Colaço (13). Achando-se em licença os Srs. Deputados Albino Corazza e Rafael Greca Macedo (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Sessão anterior à qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 1428

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando das atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário que a discussão e votação das proposições constantes da Ordem do Dia marcada para a Sessão Extraordinária de hoje, sejam apreciadas englobadamente.

Sala das Sessões, em 16.09.92.

(a) ORLANDO PESSUTI.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está en-

cerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 39 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando que a discussão e votação das proposições constantes da Ordem do Dia marcada para a Sessão Extraordinária de hoje, sejam apreciadas englobadamente. - **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição nº 064/92, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 386/91, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que torna obrigatória a assistência ocular aos pré-escolares e aos escolares de 1º e 2º graus, nos estabelecimentos da rede oficial de ensino e dá outras providências. Com Relatório da C.C.J.. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT Nº 153/92

Curitiba, 29 de junho de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 123/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V.Exa. que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no parágrafo 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 386/91, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que o "Estado do Paraná, através das Secretarias de Estado da Saúde e da Educação, ou órgãos que lhes vierem a suceder, deverá estabelecer Programa de Assistência Oftalmológica aos pré-escolares e escolares de 1º e 2º graus da rede oficial de ensino" e que o Poder Executivo regulamentará a medida no prazo de noventa dias.

O projeto de lei em referência, embora se reconheça a louvável preocupação de seu Autor, não pode merecer acolhimento porque sua execução viria exigir recursos orçamentários não previstos na "Lei de Meios", nem mesmo passíveis de previsão de montantes, circunstância esta que, sem qualquer sombra de dúvida, demonstra a inconstitucionalidade da medida, porque fere o mandamento contido no art. 135, da Constituição Estadual, o qual veda o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual.

Deve ser ressaltado que o veto aposto

não deixará desatendidos os alunos pobres que apresentarem tais deficiências, pois os órgãos assistenciais do Estado têm desenvolvido todo esforço possível no sentido de minorar o problema.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V.Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO

Governador do Estado.

(O Projeto de Lei 386/91 foi public. no D.A. n° 108 de 03.09.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO N° 064/92

VETO

P A R E C E R:

A presente proposição veta o Projeto de Lei n° 386/91, de autoria do nobre Deputado Algaci Túlio, que torna obrigatória a assistência ocular aos pré-escolares e aos escolares de 1° e 2° graus, nos estabelecimentos da rede oficial de ensino e dá outras providências, e que foi comunicada a esta Casa pelo Sr. Governador, através do Ofício n° DTL/ SAT n° 153/92.

Procedida à análise constitucional e regimental da presente proposição, encontra-se a mesma dentro dos procedimentos e prazos estabelecidos, e da análise dos argumentos que o Sr. Governador expõe em suas razões, verificamos que os mesmos não tornam o Veto sem condições de ser apreciado.

Diante do exposto, a matéria encontra-se em condições de ser submetida à consideração do douto Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.08.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente;

EMILIA BELINATI - Relatora.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 065/92, VETO APOSTO AO PROJETO DE LEI N° 511/91, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, que autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria de Educação, a permitir ao professor de Educação Física utilizar a carga horária conforme especifica. Com Relatório da C.C.J. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT n° 154/92

Curitiba, 29 de junho de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 127/92, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade com o § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n°

511/91, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Educação, a permitir ao professor de Educação Física utilizar carga horária por ocasião de atividades extra classe.

O Plano de Lei em exame não pôde merecer acolhimento por ser flagrantemente inconstitucional, eis que fere frontalmente o mandamento contido no art. 66, inciso II, da Carta Estadual, o qual confere ao Governador do Estado a competência privativa para início do processo legislativo de leis que disponham sobre servidores do Poder Executivo e seu regime jurídico.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei n° 511/91, foi publicado no DA. n° 148, de 11.11.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO N° 065/92

PARECER:

A proposição em tela traz o VETO apostado ao Projeto de Lei n° 511/91, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, que foi comunicado a esta Casa de Leis, pelo Senhor Governador, através do Ofício n° DTL/SAT 154/92, daí decorrendo o prazo constitucional para a devida apreciação por esta Assembléia Legislativa.

A negativa governamental foi proferida dentro do prazo legal estabelecido pela Constituição Estadual. O Chefe do Poder Executivo vetou o referido Projeto de Lei usando da atribuição que lhe confere os Artigos 87, VII e 71 § 1°, ambos da Constituição Estadual.

A razão exposta pelo Senhor Governador para o mencionado veto é a inconstitucionalidade do mesmo.

Face ao exposto, nada encontramos que possa obstar o prosseguimento do feito, e assim sendo nosso Parecer é FAVORÁVEL à apreciação do mesmo pelo Plenário desta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.08.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO

Presidente

NILTON BARBOSA

Relator.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 081/92, VETO PARCIAL APOSTO AO PROJETO DE LEI N° 005/92, de autoria do Poder Executivo-Mensagem n° 003/92, que isenta a Companhia

de Habitação do Paraná- COHAPAR, de impostos e taxas estaduais de qualquer natureza especialmente em relação do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doações - ITCMD. Com Relatório da C.C.J.. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT n° 222/92

Curitiba, 27 de julho de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 201/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI parcialmente, o Projeto de Lei n° 005/92, por julgar as partes vetadas contrárias ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que a Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, a Companhia de Habitação Popular de Curitiba - COHAB/CT e a Companhia de Habitação de Londrina COHAB/LD, ficam isentas de ITCMD - Imposto de Transmissão "Causa Mortis" e Doações. Visa, ainda, acrescentar ao art. 4°, da Lei n° 8.927, de 28 de dezembro de 1988, o inciso V, concedendo idêntica isenção do ITCMD àquelas mesmas entidades, assim como, declarar remetidos créditos tributários do referido imposto.

O veto parcial apostado incidu sobre as disposições contidas nos arts. 1° 2° e 5° do Projeto de Lei em causa.

O não acolhimento aos antes mencionados arts. 1° 2° e 5° decorre de pronunciamento expendido pela Secretaria de Estado da Fazenda, a qual, analisando a matéria, asseverou:

..."Há no projeto incompatibilidade entre os arts. 1° e 3° na parte que trata da isenção do ITCMD.

Nesse ponto o art. 3° é tecnicamente mais adequado e abrangente, além de não restringir o benefício da isenção como o faz o art. 1°.

No mais, o disposto nos arts. 1° e 2°, com redação semelhante, é o texto hoje vigente da Lei n° 6.888/77, art. 2°.

Por isso é nosso entendimento que devam ser vetados os arts. 1° e 2°, e por consequência, todo o art. 5°, uma vez que na parte que se refere às revogações não pode ser vetado parcialmente.

Contudo, tal procedimento não acarretará dificuldades legais quanto à vigência da Lei, que ocorrerá, nos art. 1° da Lei de Introdução ao Código Civil, 45 dias depois da publicação".

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submete à elevada con-

sideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ANIBAL KHURY

Governador do Estado em exercício

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO N° 81/92

PROJETO DE LEI N° 005/92

VETO PARCIAL

Procedendo à devida apreciação no âmbito desta douta Comissão de Constituição e Justiça, do veto parcial apostado pelo Senhor Governador do Estado ao Projeto de Lei n° 005/92, de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem n° 003/92, que transformado em lei recebeu o número 10.064, publicado no Diário Oficial do dia 17 de julho do corrente ano, que isenta a Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, de impostos e taxas estaduais de qualquer natureza, especialmente em relação ao Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doações - ITCMD, com emenda aditiva, estendendo o mesmo benefício à Companhia de Habitação Popular de Curitiba - COHAB-CT, e à Companhia de Habitação de Londrina - COHAB-LD.

O veto governamental deu-se com observância dos prazos constitucionais, merecendo portanto a análise deste Poder Legislativo, cabendo ao Plenário manifestar-se sobre o mérito da matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.09.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 086/92, veto apostado ao Projeto de Lei n° 069/92, de autoria do PODER EXECUTIVO, Mensagem n° 013/92, que dispõe sobre a criação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA, e do Instituto Ambiental do Paraná - IAP. Com relatório da C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT n° 228/92.

Curitiba, 27 de julho de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 203/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade com o disposto pelo art. 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente o Projeto de Lei n° 69/92, por julgar as partes vetadas inconstitucionais e contrárias ao interesse público, pelas razões adiante expostas.

Objetiva o autógrafo criar a Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA e o

Instituto Ambiental do Paraná - IAP, tendo o veto parcial incidido sobre as disposições do parágrafo único do art. 6º, § 3º do art. 11 e parágrafo único do art. 14.

A negativa de sanção ao parágrafo único do art. 6º decorre da inconstitucionalidade do mesmo, por ferir o art. 124, inciso I, da Constituição Estadual, onde é atribuída à Procuradoria Geral do Estado a competência para a representação do Estado e, por consequência, a defesa de seu patrimônio.

O § 3º do art. 11 deixou de ser acolhido, porque em face da emenda dessa augusta Casa, que retira da Diretoria do IAP a figura indispensável do Diretor-Presidente, enseja a necessidade de que se restaure a forma originalmente proposta, o que poderá ser suprido no regulamento a que alude o art. 13.

Vetei também o parágrafo único do art. 14, porque, pela forma ampla e genérica como está redigido, mormente no que se refere à garantia de direitos e deveres dos servidores, foi considerado de difícil exequibilidade, podendo até gerar múltiplas interpretações. Quanto à situação do patrimônio e do pessoal dos órgãos extintos, tal definição poderá ser feita pelo Poder Executivo utilizando-se da autorização contida no art. 18.

Esses os motivos que me levaram a votar, parcialmente o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO
Governador do Estado

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 086/92
VETO PARCIAL

P A R E C E R:

A presente proposição veta parcialmente o Projeto de Lei nº 069/92, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a criação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA e do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, e que foi comunicado a esta Casa pelo Sr. Governador, através do Ofício DTL/SAT nº 228/92.

Procedida a análise constitucional e regimental da presente proposição, encontra-se a mesma dentro dos procedimentos e prazos estabelecidos, e da análise dos argumentos que o Sr. Governador expõe em suas razões, verificamos que os mesmos não tornam o veto sem condições de ser apreciado.

Diante do exposto, a matéria encontra-se em condições de ser submetida à consideração do douto Plenário.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 01.09.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
EMILIA BELINATI - Relatora

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Sr. 1º Secretário procederá à chamada nominal dos Srs. Deputados, para votação. (É procedida a chamada nominal)

Designo uma comissão escrutinadora, formada pelos Srs. Deputados Orlando Pesutti, Neivo Beraldin e Luiz Carlos Martins.

Votaram 35 Srs. Deputados:

Vinte e quatro Srs. Deputados votaram com a cédula NAO.

Cédula SIM, nove.

Dois em BRANCO.

- Mantidos os vetos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

Levanta-se a sessão.

Atas da Comissão Executiva

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições:

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 275/92

CONSIDERANDO - o infausto passamento do Senhor ALDO LAVAL - ex-Deputado Estadual, ocorrido em data de 20 de agosto do corrente ano, nesta Capital;

CONSIDERANDO - foi Deputado Estadual pela Constituinte Estadual de 1947;

CONSIDERANDO - a importância das contribuições prestadas ao Estado do Paraná em vida;

CONSIDERANDO - que essa ocorrência representa uma perda irreparável para este Poder Legislativo e para a sociedade paranaense, dada a sua promissora carreira de homem público, como Deputado Estadual, sempre voltado para as aspirações da comunidade;

RESOLVE:

Art. Único - A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, guardará luto oficial, por três (3) dias, a contar desta data, como expressão de pesar pelo falecimento do ilustre Senhor ALDO LAVAL.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 277/92
retificar o Ato da Comissão Executiva nº 135/92, de 27 de abril de 1992, para conceder aposentadoria, a pedido, a MANOEL MARTINS DE CASTRO, matrícula nº 315, ocupante do cargo de Consultor Técnico "A" - NU- 2, do Quadro de Pessoal da Secretaria

desta Assembléia, nos termos do Art. 35, inciso III, letra "a", da Constituição Estadual e art. 140, incisos I e III, da Lei nº 6174/70, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescidos de gratificação inerente à Simbologia 3-F; verba de representação conforme disposto no Decreto nº 4640/89, cinco (05) triênios de acordo com o Art. 4º, e Parágrafo 1º da Resolução nº 02/64, e Proposição nº 66/83; cinco (05) quinquênios de acordo com o Artigo 170 e Parágrafo Único da Lei nº 6174/70; cinco (05) adicionais, conforme o Artigo 37, inciso XIV da Constituição Federal e Proposições nºs 7894/91 e 4347/92, do Tribunal de Contas do Estado, cem por cento (100%) de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, conforme o Artigo 1º da Lei nº 6794/76, com nova redação dada pelo Art. 6º, da Lei Complementar nº 21/84, e conforme o que dispõe o Decreto Legislativo nº 229/85, resultando em proventos mensais no valor de CR\$ 3.343.969,35 (três milhões, trezentos e quarenta e três mil, novecentos e sessenta e nove cruzeiros e trinta e cinco centavos), perfazendo o total anual de CR\$ 40.127.632,20 (quarenta milhões cento e vinte e sete milhões, seiscentos e trinta e dois mil cruzeiros e vinte centavos).

(Prot. nº 912, de 19.02.92).

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 278/92

Art. 1º - Retificar o Decreto Legislativo nº 249/81, que aposentou o funcionário ANTONIO CARLOS ITIBERÉ DA CUNHA, o qual passa a ter a seguinte redação:

"Fica aposentado, a pedido, de acordo com o Art. 138, inciso II, combinado com o Art. 138, inciso II, combinado com o Art. 140, inciso III e § 3º da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, ANTONIO CARLOS ITIBERÉ DA CUNHA, matrícula nº 143, ocupante do cargo de Consultor Legislativo "A", do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais, correspondente ao seu cargo efetivo, acrescidos de dois (02) triênios incorporados, de acordo com o Art. 4º, parágrafo 1º, da Resolução nº 2/64, cinco (05) quinquênios incorporados e cinco (05) adicionais incorporados, de acordo com os Arts. 170 parágrafo Único e 171, §§ 1º e 2º, da citada Lei nº 6174/70; Gratificação de Produtividade de acordo com a Lei nº 6641, de 04 de dezembro de 1974, e Gratificação por Serviços Extraordinários, na base de cinquenta por cento (50%) de acordo com a Lei nº 6794, de 08 de junho de 1976 e vinte por cento (20%) sobre o Símbolo D.A.S. 3, atribuído ao cargo de Tesoureiro Geral (Resolução nº 53/80), sem

incorporar esta no vencimento básico do cargo.

Art. 2º - Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
(Resolução nº 12.088/92 -Trib. de Contas).

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 279/92

Artigo 1º - Retificar o Decreto Legislativo nº 53/83, publicado no Diário da Assembléia Legislativa de 01.02.83, à fim de que, nos cálculos dos proventos da aposentadoria do funcionário MANOEL FERNANDES MAIA JÚNIOR, a gratificação correspondente aos 20% (vinte e cento) do Cargo em Comissão não seja somada aos vencimentos básicos do cargo, incidindo os adicionais somente sobre o vencimento padrão.

Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
(Resol. nº 10.849/92, do Trib. de Contas).

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 280/92

Retificar o Decreto Legislativo nº 308/81, publicado no Diário da Assembléia Legislativa de 24.02.81, a fim de que, nos cálculos dos proventos da aposentadoria do funcionário CLOVIS STADLER DE SOUZA, a gratificação correspondente aos 20% (vinte por cento) do cargo em Comissão não seja somada aos vencimentos básicos do cargo, incidindo os adicionais somente sobre o vencimento padrão.

Art. 2º - Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
(Resol. nº 10.902/92, do Egrégio Tribunal de Contas do Estado).

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 281/92

Retificar o Decreto Legislativo nº 016/83, publicado no Diário da Assembléia Legislativa de 01.02.83, a fim de que, nos cálculos dos proventos de aposentadoria do funcionário REGINALDO FRANCKIN, a gratificação correspondente aos 20% (vinte por cento) do cargo em comissão não seja somada aos vencimentos básicos do cargo, incidindo aos adicionais somente sobre o vencimento padrão.

Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
(Resol. nº 11.927/92, do Egrégio Tribunal de Contas do Estado).

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO, em 02.09.92

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

JOÃO ARRUDA

1º Secretário

ADEMAR LUIZ TRAIANO

2º Secretário